



## RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO PREFEITURA MUNICIPAL

**Processo** : TC-004387.989.22-1  
**Entidade** : Prefeitura Municipal de Salto  
**Assunto** : Contas Anuais  
**Exercício** : 2022  
**Prefeito(a)** : Sr. Laerte Sonsin Junior  
CPF nº : 072.777.368-26  
Período : 01/01/2022 a 31/12/2022  
**Relatoria** : Conselheiro Antonio Roque Citadini  
**Instrução** : UR-9 - Sorocaba / DSF-II

### Senhora Chefe Técnica da Fiscalização da Seção UR-9.5,

Trata-se das contas apresentadas em face do artigo 2º, II, da Lei Complementar Estadual nº 709, de 14 de janeiro de 1993 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo-LOTCESP).

Em atendimento ao TC-A-030973/026/00, registramos a notificação do responsável pelas contas em exame e atual Prefeito, conforme retro (**Documento 1**). A respectiva declaração de atualização cadastral (CadTCE-SP) está colacionada no **Documento 2**.

A Fiscalização planejou a execução de seus trabalhos, agregando a análise das seguintes fontes documentais:

1. Indicadores finalísticos componentes do IEG-M – Índice de Efetividade da Gestão Municipal;
2. Prestações de contas mensais do exercício em exame, encaminhadas pela Chefia do Poder Executivo;
3. Resultado do acompanhamento simultâneo do Sistema Audesp, bem como acesso aos dados, informações e análises disponíveis no referido ambiente;
4. Análise das informações disponíveis nos demais sistemas deste Tribunal de Contas;



5. Análise, baseada em amostragem, do planejamento orçamentário/financeiro (Plano Plurianual-PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias-LDO e Lei Orçamentária Anual-LOA), assim como do planejamento setorial (Planos Municipais);

6. Eventuais ações fiscalizatórias desenvolvidas por meio da seletividade (contratos e repasses);

7. Relatório de fiscalização ordenada (TC-007195.989.22-3);

8. Leitura analítica dos três últimos relatórios de fiscalização e respectivas decisões desta Corte, sobretudo no tocante a assuntos relevantes nas ressalvas, advertências e recomendações;

9. Relatório periódico (semestral);

10. Análise de eventuais denúncias, representações e/ou expedientes diversos;

11. Outros assuntos relevantes obtidos em pesquisa aos sítios de transparência dos Órgãos Fiscalizados ou outras fontes da rede mundial de computadores.

Os resultados das fiscalizações apresentam-se no relatório de acompanhamento semestral, bem como no presente relatório, antecédidos pelo planejamento que indicou a necessária extensão dos exames.

Destaque-se que o relatório de acompanhamento está juntado no evento 18.12 destes autos, o qual foi submetido a Excelentíssima Relatoria, sendo dada ciência à Chefia do Poder Executivo, responsável pelas contas em exame, para conhecimento das ocorrências, sem a necessidade de apresentação de justificativas. Tal procedimento visou contribuir para a tomada de providências dentro do próprio exercício, possibilitando a correção de eventuais falhas.

## **PERSPECTIVA A: ASPECTOS PRELIMINARES DE INTERESSE**

### **A.1. ÍNDICES E INDICADORES DA GESTÃO MUNICIPAL**

Consignamos os dados e índices do Município e da gestão municipal considerados relevantes para um diagnóstico:



DESCRIÇÃO	DADOS	ANO DE REFERÊNCIA
População	141.988	2022
Densidade demográfica <sup>1</sup>	1009,48 hab/km <sup>2</sup>	2022
Extensão territorial <sup>1</sup>	133,057 km <sup>2</sup>	2022
Atividade econômica predominante <sup>1</sup>	Serviços	2020
Arrecadação Municipal <sup>2</sup>	R\$ 562.935.198,83	2022
Receita Corrente Líquida-RCL <sup>2</sup>	R\$ 557.438.888,80	2022

<sup>1</sup> Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, dados de Panorama: População e Território, e Pesquisas: Produto Interno Bruto dos Municípios (disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>; acesso em: 28/09/2023).

<sup>2</sup> Fonte: Demonstrativo da RCL do último quadrimestre do ano de referência, disponível no Sistema Audesp (**Documento 3, fls. 16**), e Relatório de Instrução de dezembro do exercício em exame do Portal da Transparência Municipal do TCESP (disponível em: <https://transparencia.tce.sp.gov.br/>; acesso em: 28/09/2023).

O Município possui, ainda, a seguinte série histórica de classificação no Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEG-M), após validação da Fiscalização:

EXERCÍCIOS	2019	2020	2021	2022
<b>IEG-M</b>	<b>C+</b>	B	C+	C+
i-Planejamento	C	B+	C	C
i-Fiscal	B	B+	B	B
i-Educ	C	C+	C+	C
i-Saúde	C+	B	C	C
i-Amb	B	B+	B+	B
i-Cidade	A	A	B+	B
i-Gov-TI	B+	C+	C+	B

## A.2. HISTÓRICO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES DA GESTÃO MUNICIPAL

Demonstramos a síntese do apurado pela Fiscalização nos 2 (dois) últimos exercícios fiscalizados:

ITENS	EXERCÍCIO 2020	EXERCÍCIO 2021
CONTROLE INTERNO	PARCIALMENTE REGULAR	PARCIALMENTE REGULAR
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – Resultado no exercício	-3,91%	7,05%
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – Percentual de investimentos	5,97%	4,66%
DÍVIDA DE CURTO PRAZO	FAVORÁVEL	FAVORÁVEL
DÍVIDA DE LONGO PRAZO	FAVORÁVEL	FAVORÁVEL
PRECATÓRIOS - Foi suficiente o pagamento/depósito de precatórios judiciais?	SIM	SIM
PRECATÓRIOS - Foi suficiente o pagamento de requisitórios de baixa monta?	SIM	SIM
ENCARGOS - Efetuados os recolhimentos ao Regime Geral de Previdência Social (INSS)?	SIM	SIM



ENCARGOS - Efetuados os recolhimentos ao Regime Próprio de Previdência Social?	PREJUDICADO <sup>1</sup>	PREJUDICADO <sup>1</sup>
ENCARGOS – Está cumprindo parcelamentos de débitos de encargos?	SIM	SIM
TRANSFERÊNCIAS AO LEGISLATIVO - Os repasses atenderam ao limite constitucional?	SIM	SIM
LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - Despesa de pessoal em dezembro do exercício em exame	44,83%	39,23%
LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - Atendido o artigo 42 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal-LRF)?	SIM	PREJUDICADO
LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - Atendido o artigo 21 da LRF?	SIM	SIM
ENSINO - Aplicação na Educação - artigo 212 da Constituição Federal-CF (Limite mínimo de 25%)	27,53%	26,30%
ENSINO: Fundeb <sup>1</sup> aplicado (Limite mínimo): 2020-profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício (60%); 2021-profissionais da educação básica em efetivo exercício (70%)	65,95%	72,60%
ENSINO - Recursos Fundeb aplicados no exercício	100%	100%
ENSINO - Se diferida, a parcela residual do montante recebido no exercício examinado, foi aplicada até o exercício seguinte, sendo: 2020-até 5 % do recebido, com prazo até 31/03/2021; 2021-até 10% do recebido, com prazo até 30/04/2022?	PREJUDICADO <sup>2</sup>	PREJUDICADO <sup>2</sup>
SAÚDE - Aplicação na Saúde (Limite mínimo de 15%)	22,86%	24,28%
Atendimento à Lei Orgânica, Instruções e Recomendações do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo	NÃO	NÃO

<sup>1</sup> Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

A Prefeitura analisada obteve, nos três últimos exercícios apreciados, os seguintes **Pareceres** de suas Contas:

Exercícios	Processos	Trânsito em julgado	Pareceres	Principais itens que ensejaram o parecer desfavorável
2021	007340.989.20-1	12/09/2023	Favorável com recomendações, advertências e determinações	Prejudicado
2020	003357.989.20.1	24/02/2023	Favorável com recomendações e alertas	Prejudicado
2019	005009.989.19-5	26/01/2022	Favorável com recomendações e determinação	Prejudicado

### A.3. DENÚNCIAS/REPRESENTAÇÕES/EXPEDIENTES

Não chegou ao nosso conhecimento a formalização de denúncias, representações ou expedientes.

<sup>1</sup> Não há Regime Próprio de Previdência Social no Município.

<sup>2</sup> Houve aplicação integral do FUNDEB no exercício em exame.



#### A.4. FISCALIZAÇÕES ORDENADAS DO PERÍODO

No período em exame, foram realizadas as seguintes fiscalizações ordenadas:

<b>Mês: março</b>	<b>Tema: Resíduos Sólidos</b>
<b>Fiscalização Ordenada nº</b>	<b>01/2022</b>
<b>TC e evento da juntada</b>	TC-007195.989.22-3 - Evento 11
<b>Irregularidades remanescentes:</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• O Município não instituiu a cobrança de taxa ou tarifa decorrente da prestação de serviços de limpeza urbana de manejo de resíduos sólidos, em desconformidade ao art. 35 da Lei 11.445/07;</li><li>• Os resíduos sólidos (lodos) gerados na Estação de Tratamento de Água (ETAs) são depositados indevidamente em corpos hídricos;</li><li>• Existem pontos de descarte irregular de lixo no Município (lixo doméstico, lixo da saúde).</li></ul>

<b>Mês: agosto</b>	<b>Tema: Educação – Infraestrutura e Programas Suplementares</b>
<b>Fiscalização Ordenada nº</b>	<b>03/2022</b>
<b>TC e evento da juntada</b>	TC-007195.989.22-3 - Evento 34
<b>Irregularidades remanescentes:</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• O Monitor de Transporte Escolar não estava uniformizado ou identificado por meio de crachá;</li><li>• Não havia AVCB – Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros no prazo de validade na Unidade Escolar visitada;</li><li>• Foram verificadas as seguintes desconformidades aparentes na quadra: ninhos de pombos na estrutura da cobertura, implicando na presença de fezes de pombos no piso em alguns pontos isolados;</li><li>• Não há registro sobre a última fiscalização do CAE – Conselho de Alimentação Escolar na escola;</li><li>• A escola não possui laboratórios ou sala de informática com computadores para os alunos.</li></ul>

Referidas ocorrências refletem as falhas no planejamento municipal, relatadas no item B.1. deste relatório, bem como impactam na efetividade dos serviços públicos prestados e na cobertura do atendimento à população, conforme relatado nos itens B.3 e B.5 deste laudo.



## A.5. FISCALIZAÇÃO DA ATUAÇÃO DO CONTROLE INTERNO

O sistema de controle interno está regulamentado e produz relatórios periódicos (**Documentos 4 a 6**).

No entanto, sua atuação carece de efetividade, haja vista as recomendações deste Tribunal não atendidas e as falhas/irregularidades apontadas neste relatório da fiscalização, atendendo apenas parcialmente o disposto no artigo 66 das Instruções TCESP nº 1/2020, comprometendo o pleno atendimento aos artigos 31 e 74 da Constituição Federal, bem como ao parágrafo único do artigo 38 da Lei Orgânica desta Corte.

Acrescente-se que não houve a elaboração do Plano Operativo Anual pelo Sistema de Controle Interno<sup>3</sup>, indicando que as ações desenvolvidas são caracterizadas por um controle posterior às realizações, comprometendo a verificação de impropriedades, irregularidades e eventuais ilegalidades, prejudicando a efetividade do Sistema de controle e gestão pública.

Oportuno mencionar que a ocorrência acima é reincidente, vez que já foi objeto de apontamento nas contas de 2020 e 2021 (TC-003357.989.20-1) e (TC-007340.989.20-1), respectivamente.

## A.6. OBRAS PARALISADAS

Tendo em vista informações fornecidas pela Origem e as verificações *in loco*, constatamos que as obras de construção de uma Unidade Básica de Saúde e da Creche no bairro Laguna foram retomadas (**Documento 7**), não havendo, portanto, obras paralisadas no Município.

## PERSPECTIVA B: FISCALIZAÇÃO OPERACIONAL DE PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Sob o pressuposto da amostragem, inclusive nos procedimentos de validação do IEG-M, constatamos o seguinte:

---

<sup>3</sup> IEG-M - Questão nº 16.6 do i-Planejamento.





## B.1. PLANEJAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS (i-Plan/IEG-M)

Preliminarmente, constatamos que a série histórica do IEG-M para a correlata perspectiva demonstra involução, conforme segue:

EXERCÍCIOS	2019	2020	2021	2022
i-Planejamento	C	B+	C	C

De plano, consignamos que a nota “**C**” obtida nos dois últimos exercícios avaliados, evidencia a **necessidade** de adoção de medidas no sentido de corrigir impropriedades de aspectos que compõem o IEG-M, visando a elevação dos conceitos e, conseqüentemente, o aprimoramento e uma maior efetividade dos serviços colocados à disposição da população, assim como o **não** atendimento de **recomendações** desta Corte de Contas, consoante o exposto no item F.2. deste relatório.

No procedimento de validação desta dimensão do IEG-M, constatamos as seguintes falhas que ensejaram retificações pela Fiscalização, denotando **falta de fidedignidade** na prestação das informações (item E.2 deste relatório):

- Questão nº 6.0 do i-Plan - A documentação apresentada pela Origem, a esta fiscalização, não foi suficiente para demonstrar a efetiva realização de estudos para elaborar/definir todos os objetivos, programas, ações, metas e indicadores do PPA, razão pela qual retificamos a resposta da questão para “Sim, para a maior parte dos programas”;

Avançando nas análises da matéria abordada neste item, procedemos o exame operacional, inclusive cotejando questões desfavoráveis desta dimensão do IEG-M, constatando ocorrências que afetaram o planejamento das políticas públicas.

- As audiências públicas são realizadas em dia de semana em horário comercial (8 às 18 horas), o que dificulta a participação da classe trabalhadora (Questão nº 1.3 do i-Plan);

- Para a elaboração do diagnóstico municipal não é levado em conta nenhum plano do governo federal ou estadual (Questão nº 2.2 do i-Plan);

- Nem todos os programas do PPA tiveram um estudo para elaboração/definição das ações, metas e indicadores, o que dificulta o atendimento do artigo 1º da Lei de Responsabilidade Fiscal (Questão nº 6.0 do i-Plan);



- A LOA prevê abertura de créditos adicionais por decreto em percentual acima da inflação (Questão nº 12.1 do i-Plan).

Outrossim, a própria estrutura do setor, em tese, não é adequada tanto para planejar, quanto para acompanhar a execução de tais ajustes, uma vez que os servidores que cuidam do planejamento não tinham dedicação exclusiva na área. Tendo em vista que o planejamento é uma atividade permanente dentro das organizações, a designação de um servidor responsável exclusivamente para o exercício dessa função está relacionada ao grau de sua importância, cujo papel é a coordenação, organização, acompanhamento e avaliação das políticas públicas (Questão nº 14.1.2 do i-Plan).

As deficiências acima prejudicaram a elaboração, execução e controle do Orçamento Municipal, pois as lacunas do planejamento implicaram na necessidade de significativas alterações orçamentárias no decorrer do exercício.

Nesse sentido, observamos que foram abertos créditos adicionais suplementares, no montante de R\$ 71.369.495,19 (**Documento 8**), correspondente a 13,75% da despesa inicialmente fixada para o Executivo Municipal (R\$ 518.873.735,39). Em que pese não ter ultrapassado o limite de 15% estipulado no artigo 4º, inciso II, da Lei Municipal nº 3.925, de 22 de dezembro de 2021 (**Documento 9**), o percentual encontra-se acima da inflação para o período<sup>4</sup>, contrariando orientação desta E. Corte de Contas, consoante Comunicado SDG nº 29/2010<sup>5</sup>.

Verificamos, utilizando como base a Lei Orçamentária Municipal – LOA – para o exercício de 2022, as despesas executadas (empenhos emitidos) e seu grau de correção, expresso na relação entre o valor desejado/proposto e o valor real efetivado.

Considerando que o custeio (aqui entendido como despesas com pessoal e obrigações decorrentes) é de natureza obrigatória, nosso olhar se ateu aos investimentos previstos e praticados no exercício.

INVESTIMENTOS			
Programas	Previstos na LOA <sup>6</sup>	Executado no exercício (empenhado) <sup>7</sup>	Percentual executado
2 – Educação	R\$ 12.950.700,00	R\$ 5.066.222,82	39,12%

<sup>4</sup> Inflação acumulada em 2022: 5,79% - Fonte IBGE, link: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7060#n1/all/n7/all/n6/all/v/69/p/202212/c315/all/d/v69%2021/p+t+v.c315/resultado>, acessado em 22/11/2023.

<sup>5</sup> A esse respeito transcrevemos trecho do Manual de Planejamento Público 2021, elaborado por esta E. Corte “Nesse contexto, o TCE-SP tem orientado seus jurisdicionados a limitar a margem para abertura de créditos suplementares à inflação estimada para o exercício (Comunicado SDG nº 29/2010)”.

<sup>6</sup> Documento 11.

<sup>7</sup> Documento 12.





14 - Saúde	R\$ 626.000,00	R\$ 4.379.815,16	699,65%
------------	----------------	------------------	---------

Conforme se vê, na amostra realizada, os valores previstos na Lei Orçamentária Anual guardam pouca consonância com a realidade das despesas a executar ao longo do exercício, pois os empenhos na área da Educação totalizaram somente 39,12% da previsão orçamentária em investimentos, enquanto no setor de Saúde o empenhamento atingiu 699,65% do valor previsto inicialmente.

Os apontamentos acima demonstram a fragilidade da estrutura municipal no correspondente setor, resultando na elaboração meramente formal das peças de planejamento, as quais não refletem, de forma prévia e estruturada, as reais necessidades de ações do Executivo local para correção dos problemas detectados na Urbe, impactando negativamente na execução finalística dos programas governamentais.

Ademais, conforme evidenciado no Relatório de Atividades (**Documento 10**), a falta de identificação clara das metas e dos indicadores, bem como a utilização de unidades de medidas inapropriadas (estabelecidas sob a forma de percentual da dotação), não permitem a avaliação da eficácia e efetividade dos programas e ações governamentais, desrespeitando os princípios da transparência e do planejamento previstos no § 1º do artigo 1º c.c. § 3º do artigo 50, ambos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Tendo em vista as análises realizadas, indica-se que o Município poderá não atingir os seguintes Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS: 16.6, 16.7, 16.10 e 17.14 estabelecidos pela Agenda 2030 entre países-membros da ONU, conforme abordado no item F.1. do presente relatório.

## **B.2. ADEQUAÇÃO FISCAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS (i-Fiscal/IEG-M)**

Sob amostragem, não constatamos ocorrências dignas de nota nessa dimensão do IEG-M.

## **B.3. EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO ENSINO (i-Educ/IEG-M)**

Preliminarmente, constatamos que a série histórica do IEG-M para a correlata perspectiva demonstra estagnação em baixo índice de efetividade,



conforme segue:

EXERCÍCIOS	2019	2020	2021	2022
i-Educ	C	C+	C+	C

De plano, consignamos que as notas “**C / C+**” obtidas nos quatro últimos exercícios avaliados, evidenciam a **necessidade** de adoção de medidas no sentido de corrigir impropriedades de aspectos que compõem o IEG-M, visando a elevação dos conceitos e, conseqüentemente, o aprimoramento e uma maior efetividade dos serviços colocados à disposição da população, assim como o **não** atendimento de **recomendações** desta Corte de Contas, consoante o exposto no item F.2 deste relatório.

No procedimento de validação desta dimensão do IEG-M, constatamos as seguintes falhas que ensejaram retificações pela Fiscalização, denotando **falta de fidedignidade** na prestação das informações (item E.2 deste relatório):

- Questão nº 5.0 do i-Educ - A Origem informou no questionário que 41 estabelecimentos de ensino possuíam Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros - AVCB, porém, a quantidade correta era de apenas 14 unidades (**Documento 13**);

Avançando nas análises da matéria abordada neste item, procedemos o exame operacional, inclusive cotejando questões desfavoráveis desta dimensão do IEG-M, constatando ocorrências que afetaram o planejamento das políticas públicas.

- A Prefeitura não utilizou nenhum programa específico que desenvolveu as competências de leitura e escrita de seus alunos nos Anos Iniciais, o que dificulta o atingimento da Meta 5 e a Estratégia 7.33 do Plano Nacional de Educação – PNE (Questão nº 3.10 do i-Educ);

- Menos de 25% dos alunos dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) concluíram o ano letivo em período integral durante o exercício de 2022, referente a Meta 6 do Plano Nacional de Educação – PNE (Questões nºs E3.10 e E3.1 do i-Educ);

- De 15 estabelecimentos de ensino municipal, 10 necessitavam de reparos (Questão nº 5.0 do i-Educ), tal situação assevera o anotado no item A.4. Fiscalizações Ordenadas do Período;

- A Prefeitura não atingiu a meta do IDEB para os Anos Iniciais (1º ao 5º ano) no ano da última avaliação (Questão nº E3.13.1 do i-Educ).

Com base nos dados carregados junto à origem (**Documento 14**), constatamos demanda reprimida na rede municipal de ensino, conforme abaixo:



NÍVEL	DEMANDA POR VAGAS	OFERTA DE VAGAS	RESULTADO
Ens. Infantil (Creche)	-2.907	2.901	-6

A Prefeitura contemplou na LOA 2022, a previsão de reforma/ampliação/construção de creches, no montante total de R\$ 8.693.343,70, porém, o investimento na execução destas obras foi de R\$ 83.139,32, que corresponde a 0,96% do previsto no orçamento (**Documento 15**).

Contribuíram, ainda, para desacertos no planejamento das políticas públicas as falhas verificadas no contrato tratado em processo específico, conforme quadro abaixo:

<b>Objeto</b>	Prestação de serviços de preparo de alimentação escolar executada através de serviços contínuos com fornecimento de todos os insumos necessários ao preparo das refeições para todas as Unidades Educacionais.	
<b>Relator/Julgador</b>	Conselheiro Renato Martins Costa	
<b>Processo nº</b>	TC-013656.989.22-5	Contrato
<b>Processo nº</b>	TC-013926.989.22-9	Acompanhamento da Execução
<b>Decisão</b>	Em trâmite	
<b>Publicação DOE</b>	Prejudicado	
<b>Trânsito em julgado</b>	Prejudicado	
<b>Datas das visitas</b>	28/07/2022, 01/02/2023 e 10/08/2023	
<b>Ocorrências relacionadas pela Fiscalização</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Desoneração de obrigações pela contratada, sem a devida formalização e necessária análise quanto à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do ajuste;</li><li>- Descumprimento, pela contratada, do cardápio da merenda escolar;</li><li>- Entrega de alimentos (carnes) em quantidades insuficientes para preparação da merenda escolar em consonância com o cardápio previamente estabelecido;</li><li>- Ausência de aplicação de penalidades por descumprimento contratual;</li><li>- Insuficiente acompanhamento da execução contratual pela Administração.</li></ul>	
<b>Impacto das ocorrências no Planejamento das Políticas Públicas</b>	A ausência/insuficiência de alimentos para o preparo da merenda escolar, o descumprimento do cardápio estabelecido e o inadequado acompanhamento da execução contratual com potencial prejuízo nutricional aos alunos.	

Com efeito, consoante exposto acima, as falhas consignadas no processo específico afetaram o planejamento e execução das políticas públicas.

Os dados descritos nos parágrafos anteriores demonstram a deficiência do planejamento e execução para solução das falhas no setor, corroborando a ausência de efetividade dos gastos no Ensino Municipal.

Nesse contexto, a Fiscalização Ordenada nº 3 de 2022, descrita no item A.4 deste relatório, evidencia falhas que reforçam o anteriormente exposto, tendo em vista que foram verificadas irregularidades que comprometem a segurança das crianças, dentre elas a ausência de AVCB - Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros.

Registramos que há apontamento sobre essa deficiência na política pública do Município nos relatórios de fiscalização dos exercícios de 2020 e 2021, e ainda recomendação/determinação exarada em exercício anterior,



conforme explicitado no item F.2 deste relatório.

Tendo em vista as análises realizadas, indica-se que o Município poderá não atingir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nºs 4.1, 4.2 e 4.a, estabelecidos pela Agenda 2030 entre países-membros da ONU, conforme abordado no item F.1. do presente relatório.

#### **B.4. EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DA SAÚDE (i-Saúde/IEG-M)**

Preliminarmente, constatamos que a série histórica do IEG-M para a correlata perspectiva demonstra involução, conforme segue:

EXERCÍCIOS	2019	2020	2021	2022
i-Saúde	C+	B	C	C

De plano, consignamos que a nota “C” obtida nos dois últimos exercícios, evidencia a **necessidade** de adoção de medidas no sentido de corrigir impropriedades de aspectos que compõem o IEG-M, visando a elevação dos conceitos e, conseqüentemente, o aprimoramento e uma maior efetividade dos serviços colocados à disposição da população.

Ainda acerca do IEG-M, constatamos as seguintes ocorrências que indicam a necessidade de correções/melhorias nos assuntos:

- Nem todas as metas previstas para os indicadores do Plano Municipal de Saúde (2018-2021) foram atingidas, comprometendo a eficácia das ações governamentais (Questão nº 1.0 do i-Saúde);

- A aprovação da Programação Anual de Saúde de 2022 pelo Conselho Municipal da Saúde ocorreu após a aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias 2022 pela Câmara Municipal (Questão nº 5.0 do i-Saúde);

- Nem todas as ações previstas na Programação Anual de Saúde de 2022 foram executadas, evidenciando fragilidade no planejamento e execução das intenções expressas no Plano de Saúde, contrariando o artigo 4º da Portaria do Ministério da Saúde nº 2.135, de 25 de setembro de 2013 (Questões nºs 5.1 e nº 5.2 do i-Saúde);

- Não houve treinamento específico aos membros do Conselho Municipal de Saúde (Questão nº 7.0 do i-Saúde);

- Nenhuma unidade de saúde possuía Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros – AVCB ou Certificado de Licença do Corpo de Bombeiros e nove necessitavam de reparos (Questão nº 13.0 do i-Saúde);



- Nem todos os serviços assistenciais ofertados pelo Centro de Atenção Psicossocial - CAPS e Unidades de Acolhimento (vagas) estavam disponibilizados no sistema de regulação municipal, em desacordo com o inciso III do artigo 3º, inciso VIII do artigo 4º e § 2º do artigo 8º do Anexo V da Portaria de Consolidação do Ministério da Saúde nº 03, de 28 de setembro de 2017 (Questão nº 24.5.3 do i-Saúde);

- A quantidade de vagas ofertadas pelos CAPS não era suficiente para a demanda da população que apresenta prioritariamente, intenso sofrimento psíquico decorrente de transtornos mentais graves e persistentes, incluindo aqueles relacionados ao uso de substâncias psicoativas, e outras situações clínicas, contrariando o artigo 1º e artigo 2º, parágrafo único, da Lei Federal nº 10.216, de 06 de abril de 2001 (Questão nº 24.5.4 do i-Saúde);

- Não houve controle de absenteísmo de consultas médicas nem de exames médicos, da Atenção Primária e da média complexidade (Questões nºs 19.0, nº 20.0, nº 22.4 e nº 22.5 do i-Saúde);

- Houve itens com desabastecimento (falta do medicamento) superior a um mês, contrariando o artigo 98 do Anexo XXVIII da Portaria de Consolidação nº 2 do Ministério da Saúde, de 28 de setembro de 2017 (Questão nº 43 do i-Saúde);

- Em 2022, a Prefeitura Municipal não atingiu a meta de cobertura<sup>8</sup> das seguintes vacinas:

- 2ª dose da VORH: 85,39%
- 3ª dose de Hepatite B: 82,35%
- 2ª dose de Meningocócica C: 86,55%

---

<sup>8</sup> Meta de cobertura das vacinas:

- Meta de 90% de cobertura vacinal da 2ª dose da VORH (Vacina Oral de Rotavírus Humano) para crianças de 4 meses de idade

- Meta de 95% de cobertura vacinal da 3ª dose de Hepatite B

- Meta de 95% de cobertura vacinal da 2ª dose da Meningocócica C

- Meta de 95% de cobertura vacinal da 3ª dose da Vacina Pentavalente

- Meta de 95% de cobertura vacinal da 2ª dose da Vacina Pneumocócica 10-valente

- Meta de 95% de cobertura vacinal da 3ª dose da Vacina Poliomielite

- Meta de 100% de cobertura vacinal da Febre Amarela

- Meta de 95% de cobertura vacinal da Vacina Tríplice Viral

- Meta de 95% de cobertura vacinal da Vacina contra Hepatite A

- Meta de 95% de cobertura vacinal da Vacina Tetra Viral

Fonte: SIPNI - Sistema de Informações do Programa Nacional de Imunizações





- 3ª dose da Vacina Pentavalente: 82,35%
- 2ª dose da Vacina Pneumocócica 10-valente: 85,03%
- 3ª dose da Vacina Poliomielite: 90,66%
- Febre Amarela: 61,59%
- Vacina Tríplice Viral: 92,33%
- Vacina contra Hepatite A: 81,50%
- Vacina Tetra Viral: 19,17 %

Fonte: SIPNI - Sistema de Informações do Programa Nacional de Imunizações (Questão nº S6 do i-Saúde).

Além de salvar vidas as vacinas também ajudam a evitar dispêndios em doenças evitáveis, concorrendo através de um adequado planejamento para a economicidade e eficiência na administração da saúde pública. Anotamos, ainda, a não observância do Gestor Municipal em relação ao Comunicado GP nº 62/2022 - Alerta sobre o Programa Nacional de Imunização, deste Tribunal.

Tendo em vista as análises realizadas, indica-se que o Município poderá não atingir os seguintes Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS: 3.3, 3.8 e 3.c, estabelecidos pela Agenda 2030 entre países-membros da ONU, conforme abordado no item F.1. do presente relatório.

## B.5. EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS (i-Amb/IEG-M)

Preliminarmente, constatamos que a série histórica do IEG-M para a correlata perspectiva não demonstra evolução, conforme segue:

EXERCÍCIOS	2019	2020	2021	2022
i-Amb	B	B+	B+	B

De plano, consignamos que as notas “**B+/B**” obtidas nos últimos quatro exercícios, evidenciam a **necessidade** de adoção de medidas no sentido de corrigir impropriedades de aspectos que compõem o IEG-M, visando a elevação dos conceitos e, conseqüentemente, o aprimoramento e uma maior efetividade dos serviços colocados à disposição da população.

Ainda acerca do IEG-M, constatamos as seguintes ocorrências que indicam a necessidade de correções/melhorias nos assuntos:

- Nem todas as metas do Plano Municipal de Gestão Integrada de





Resíduos Sólidos foram cumpridas dentro do prazo (Questão nº 9.4.3 do i-Amb);

- A Prefeitura não possuía Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC) elaborado e implantado, contrariando o artigo 11, da Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) nº 307, de 5 de julho de 2002 (Questão nº 12.0 do i-Amb);

- A Prefeitura informou que existem 26 pontos de descarte irregular de lixo, os quais, potencialmente, contaminam águas e solos com substâncias tóxicas, atraindo insetos como moscas, baratas, mosquitos etc., que podem aumentar a incidência de enfermidades, tais como Dengue, Zika, Chikungunya, Febre Amarela etc. Além disso, é crime ambiental a prática de descarte irregular de lixo, conforme o artigo 54, da Lei Federal nº 9.605 de 12 de fevereiro de 1998 (Questão nº 15.0 do i-Amb), tal situação assevera o anotado no item A.4. deste relatório.

Por fim, consignamos o significativo percentual de perdas na distribuição de água tratada (38,93%), contrariando o princípio da eficiência, conforme informado pela Autarquia responsável pelo saneamento básico no Município (**TC-002082.989.22-9, Evento 91.7**).

Nesse contexto, a Fiscalização Ordenada nº 1 de 2022, descrita no item A.4 deste relatório, evidencia falhas que reforçam o anteriormente exposto, tendo em vista que foram verificadas irregularidades que comprometem a qualidade das águas e solos do Município, dentre elas o depósito de resíduos sólidos (lodos) em corpos hídricos.

Tendo em vista as análises realizadas, indica-se que o Município poderá não atingir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nºs 6.1, 6.3, 6.4, 6.5, 6.b, 11.6, 12.2, 12.5 e 12.8, estabelecidos pela Agenda 2030 entre países-membros da ONU, conforme abordado no item F.1. do presente relatório.

## **B.6. EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INFRAESTRUTURA (i-Cidade/IEG-M)**

Preliminarmente, constatamos que a série histórica do IEG-M para a correlata perspectiva demonstra involução, conforme segue:

EXERCÍCIOS	2019	2020	2021	2022
i-Cidade	A	A	B+	B

De plano, consignamos que as notas “**B+/B**” obtidas nos dois últimos exercícios avaliados, evidenciam a **necessidade** de adoção de medidas no sentido de corrigir impropriedades de aspectos que compõem o IEG-M, visando a elevação dos conceitos e, conseqüentemente, o aprimoramento e uma

maior efetividade dos serviços colocados à disposição da população.

No procedimento de validação desta dimensão do IEG-M, constatamos as seguintes falhas que ensejaram retificações pela Fiscalização, denotando **falta de fidedignidade** na prestação das informações (item E.2 deste relatório):

- Questão nº 15.0 do i-Cidade - A Origem informou que todas as vias públicas recebem manutenção adequada, no entanto, em visita *in loco* identificamos vias danificadas, necessitando de manutenção (foto abaixo exemplificativa). Portanto, alteramos a resposta para “A maior parte das Vias” tem manutenção adequada;



Rua Santa Rosália, Salto – SP, em 03/10/2023.

Avançando nas análises da matéria abordada neste item, procedemos o exame operacional, inclusive cotejando questões desfavoráveis desta dimensão do IEG-M, constatando ocorrências que afetaram o planejamento das políticas públicas.

- A Prefeitura não possuía um estudo de avaliação da segurança de todas as escolas e centros de saúde, contrariando o disposto no artigo 9º, inciso IV, da Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012. Assunto também abordado pelo passo 5 do Programa Cidades Resilientes da ONU, programa em que o município realizou adesão (Questão nº 8.0 do i-Cidade);

- Nem todo calçamento público possuía acessibilidade para pessoas com deficiência e restrição de mobilidade, contrariando o artigo 24, inciso IV, da Lei Federal nº 12.587, de 03 de janeiro de 2012 e os artigos 46 e 53 da Lei Federal nº 13.146, de 06 de julho de 2015 (Questão nº 13.0 do i-Cidade);



- Nem todas as vias públicas pavimentadas estavam devidamente sinalizadas (vertical e horizontalmente) de forma a garantir as condições adequadas de segurança na circulação, contrariando o disposto no artigo 88 do Código de Trânsito Brasileiro – CTB (Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997) (Questão nº 14.0 do i-Cidade);

- Nem todas as vias públicas no Município tinham manutenção adequada, contrariando as normas do Manual de Pavimentação e Manual de Restauração Pavimentos Asfálticos do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT (Questão nº 15.0 do i-Cidade).

Tais fatos denotam inobservância ao princípio da eficiência na gestão da coisa pública e apontam falhas do setor de planejamento do Órgão, conforme abordado no item B.1 deste relatório.

Tendo em vista as análises realizadas, indica-se que o Município poderá não atingir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nº 11.7, estabelecidos pela Agenda 2030 entre países-membros da ONU, conforme abordado no item F.1. do presente relatório.

## **B.7. EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (i-Gov TI/IEG-M)**

Preliminarmente, constatamos que a série histórica do IEG-M para a correlata perspectiva apresentou, no último exercício analisado, discreta evolução do índice de efetividade, conforme segue:

EXERCÍCIOS	2019	2020	2021	2022
i-Gov-TI	B+	C+	C+	B

De plano, consignamos que não obstante a evolução verificada no último exercício avaliado, ainda existe a **necessidade** de adoção de medidas no sentido de corrigir impropriedades de aspectos que compõem o IEG-M, visando a elevação dos conceitos e, conseqüentemente, o aprimoramento e uma maior efetividade dos serviços colocados à disposição da população.

Ainda acerca do IEG-M, constatamos as seguintes ocorrências que indicam a necessidade de correções/melhorias nos assuntos:

- Ausência de Política de Segurança da Informação formalmente instituída e de cumprimento obrigatório (Questão nº 3.0 do i-Gov TI);

- O Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI não está disponível nem acessível na *internet*, o que compromete a transparência tratada



no artigo 6º, inciso I, da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Questão nº 2.1 do i-Gov TI);

- Não regulamentação do tratamento de dados pessoais segundo a Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD - Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Questão nº 10.0 do i-Gov TI);

- A Prefeitura informou que pede o motivo da solicitação de informação de interesse público, o que está em desacordo com o Artigo 3º, inciso I, da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Questão nº 7.3 do i-Gov TI).

Tendo em vista as análises realizadas, indica-se que o Município poderá não atingir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nºs 16.6, 16.7, 16.10 e 17.8, estabelecidos pela Agenda 2030 entre países-membros da ONU, conforme abordado no item F.1. do presente relatório.

## **PERSPECTIVA C: FISCALIZAÇÃO CONTÁBIL, FINANCEIRA, ORÇAMENTÁRIA E PATRIMONIAL**

### **C.1. CUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÕES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS – GESTÃO FISCAL**

Face ao contido no artigo 1º, § 1º, da LRF, o qual estabelece os pressupostos da responsabilidade da gestão fiscal, passamos a expor o que segue.

Preliminarmente, informamos que o Município não aderiu ao Programa de Acompanhamento e Transparência Fiscal (Lei Complementar nº 178, de 13 de janeiro de 2021) (**Documento 16**).

#### **C.1.1. RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Com base nos dados gerados pelo Sistema Audesp, conforme abaixo apurado, o resultado da execução orçamentária da Prefeitura evidenciou *superávit*.



EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	Valores	
(+) RECEITAS REALIZADAS	R\$ 528.323.108,83	
(-) DESPESAS EMPENHADAS	R\$ 481.500.540,56	
(-) REPASSES DE DUODÉCIMOS À CÂMARA	R\$ 5.500.000,00	
(+) DEVOLUÇÃO DE DUODÉCIMOS DA CÂMARA	R\$ 601.316,75	
(-) TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS À ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	R\$ 4.640.000,00	
(+ ou -) AJUSTES DA FISCALIZAÇÃO		
<b>RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>R\$ 37.283.885,02</b>	<b>7,06%</b>

Informamos que não houve compensação do saldo de repasses de duodécimos do exercício anterior, nos termos do artigo 168, § 2º, da CF.

Anotamos a incorreta contabilização da devolução dos duodécimos da Câmara, em desacordo com o plano de contas preceituado pelo Sistema Audep, pois a Origem contabilizou referida devolução na conta contábil 4.5.1.1.2.02.00 (**Documento 27, fls. 4**), em detrimento da conta 4.5.1.2.2.01.99 (**Documento 36**).

A divergência apurada denota falha grave, eis que, à vista de tal desacerto, a Prefeitura deixa de atender aos princípios da transparência (artigo 1º, § 1º, da LRF) e da evidenciação contábil (artigo 83 da Lei Federal nº 4.320/64).

O resultado da execução orçamentária e dos investimentos, com base na despesa liquidada e nos Restos a Pagar Não Processados liquidados em cada exercício, apresentaram os seguintes percentuais:

Exercício	Resultado da execução orçamentária	Percentual do resultado da execução orçamentária	Percentual de investimento
<b>2022</b>	<i>Superávit de</i>	7,06%	3,99%
<b>2021</b>	<i>Superávit de</i>	7,05%	4,06%
<b>2020</b>	<i>Déficit de</i>	3,91%	8,05%
<b>2019</b>	<i>Superávit de</i>	0,19%	6,77%

#### C.1.1.1. RECEITAS

Nas verificações empreendidas pela Fiscalização, não foram constatadas irregularidades.

#### C.1.1.2. DESPESAS

Nas verificações empreendidas pela Fiscalização, não foram constatadas irregularidades.





### C.1.2. RESULTADOS FINANCEIRO, ECONÔMICO E SALDO PATRIMONIAL

Resultados	Exercício em exame	Exercício anterior	%
Financeiro	R\$ 95.048.276,95	R\$ 54.100.046,77	75,69%
Econômico	R\$ 241.839.262,14	R\$ 106.026.302,37	128,09%
Patrimonial	R\$ 1.692.515.201,51	R\$ 1.452.608.745,11	16,52%

### C.1.3. DÍVIDA DE CURTO PRAZO

Conforme demonstrado no item anterior, a Prefeitura apresentou, no encerramento do exercício examinado, um *superávit* financeiro, evidenciando, com isso, a existência de recursos disponíveis para o total pagamento de suas dívidas de curto prazo, registradas no Passivo Financeiro.

### C.1.4. DÍVIDA DE LONGO PRAZO

	Exercício em exame	Exercício anterior	AH%
Dívida Mobiliária			
Dívida Contratual	11.462.744,37	12.070.007,48	-5,03%
Precatórios	3.621.840,44	3.457.656,64	4,75%
Parcelamento de Dívidas:	22.672.006,77	26.174.281,04	-13,38%
De Tributos			
De Contribuições Sociais	22.672.006,77	26.174.281,04	-13,38%
Previdenciárias	22.672.006,77	26.174.281,04	-13,38%
Demais contribuições sociais			
Do FGTS			
Outras Dívidas			
Dívida Consolidada	37.756.591,58	41.701.945,16	-9,46%
Ajustes da Fiscalização			
Dívida Consolidada Ajustada	37.756.591,58	41.701.945,16	-9,46%

Os parcelamentos estão sendo tratados no item **C.1.7. ENCARGOS SOCIAIS**, e seus subitens, deste relatório.





## C.1.5. PASSIVO JUDICIAL

### C.1.5.1. PRECATÓRIOS

De acordo com informações prestadas pela Origem e carreadas junto ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, o Município está enquadrado no Regime Ordinário (**Documento 17**).

Os testes efetuados, na extensão considerada necessária, permitiram constatar que houve pagamento da dívida referente ao exercício analisado, tendo sido depositado o montante de R\$ 3.643.625,91 ao longo do período (**Documento 18**).

Oportunamente, no que diz respeito a outros aspectos de interesse, relativos ao tema, verificamos que:

Verificações		
01	O TJSP e demais Tribunais atestam a suficiência dos depósitos/pagamentos de competência do exercício fiscalizado?	Sim*
02	O Balanço Patrimonial registra, corretamente, a dívida de precatórios?	Sim
03	O Balanço Patrimonial registra, corretamente, os saldos financeiros existentes nas contas bancárias junto ao(s) Tribunal(is)?	Prejudicado**
04	Em caso de acordos diretos com os credores, houve regular pagamento no exercício em exame?	Prejudicado***

\* Documento 19.

\*\* O Município está sob o regime ordinário de pagamento de precatórios.

\*\*\* Não constatamos a existência de acordos diretos com os credores (**Documento 20**).

Detalhamos, ainda, a situação do controle do estoque da dívida judicial, de acordo com os registros contábeis e Mapa de Precatórios:

REGISTRO CONTÁBIL DA DÍVIDA DE PRECATÓRIOS		
Valor atualizado até 31/12 do exercício anterior	R\$	3.457.656,64
Valor da atualização monetária ou inclusões efetuadas no exercício em exame	R\$	3.847.700,65
Valor cancelado	R\$	39.890,94
Valor pago	R\$	3.643.625,91
Ajustes da Fiscalização	R\$	-
Saldo atualizado em 31/12 do exercício em exame	R\$	3.621.840,44

Obs.: na linha “Valor da atualização monetária ou inclusões efetuadas no exercício em exame”, R\$ 3.621.840,44 referem-se aos Mapas de Precatórios para o exercício seguinte (**Documento 21**).



### C.1.5.2. REQUISITÓRIOS DE BAIXA MONTA

De acordo com o exame efetuado, na extensão considerada necessária, constatamos que houve pagamento de todos os requisitos de baixa monta vencidos no exercício, no montante de R\$ 406.730,44 (**Documento 22**).

Verificações		
01	O Balanço Patrimonial registra, corretamente, a dívida advinda de requisitos de baixa monta?	Prejudicado*
02	Há registros eficientes no órgão para controle dos requisitos de baixa monta?	Sim
03	Houve pagamento de todos os requisitos de baixa monta vencidos no exercício?	Sim

\* Não apuramos dívidas com Requisitos de Baixa Monta ao final do exercício.

### C.1.6. DEPÓSITOS JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS

Considerando o previsto na Lei Complementar nº 151, de 5 de agosto de 2015, bem como nas Emendas Constitucionais nº 94, de 15 de dezembro de 2016, e nº 99, de 14 de dezembro de 2017, não constatamos repasses de depósitos no exercício em exame, ou pendências relativas aos exercícios anteriores, no âmbito do Município.

### C.1.7. ENCARGOS

Os recolhimentos apresentaram a seguinte posição:

Verificações		Guias apresentadas
01	INSS:	Sim
02	FGTS:	Sim
03	RPPS:	Prejudicado*
04	PASEP:	Sim

\* O Município não dispõe de Regime Próprio de Previdência Social.

De acordo com o exame efetuado, na extensão considerada necessária, não constatamos irregularidades na gestão dos encargos incorridos no exercício.



### C.1.7.1. PARCELAMENTOS DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS

Demonstramos, abaixo, a situação dos parcelamentos/reparcelamentos de débitos previdenciários:

➤ **Perante a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN:**

Nº do acordo	Vlr. Total Parcelado	Qtde. parcelas	Parcelas devidas no exercício	Parcelas pagas no exercício
1104227 (contabilizado sob nº 39)	R\$ 12.567.227,11	120	12	12

➤ **Perante o INSS:**

Nº do acordo	Vlr. Total Parcelado	Qtde. parcelas	Parcelas devidas no exercício	Parcelas pagas no exercício
622478702 (contabilizado sob nº 42)	R\$ 19.332.690,72	120	12	12
10855.721.135 /2013-38 (contabilizado sob o nº 43)	R\$ 7.509.553,48	120	12	12

Do acima exposto, constatamos que no exercício em exame a Prefeitura cumpriu o acordado.

### C.1.7.2. DEMAIS PARCELAMENTOS (FGTS/PASEP)

A Prefeitura não possui parcelamentos de FGTS e PASEP.

### C.1.8. TRANSFERÊNCIA À CÂMARA DOS VEREADORES

Os repasses à Câmara obedeceram ao limite do artigo 29-A da CF (1,29%).

### C.1.9. ANÁLISE DOS LIMITES E CONDIÇÕES DA LEI DE



## RESPONSABILIDADE FISCAL

No período, as análises automáticas não identificaram descumprimentos aos limites estabelecidos na LRF, quanto à Dívida Consolidada Líquida – DCL, Concessões de Garantias e Operações de Crédito, inclusive por Antecipação de Receita Orçamentária – ARO.

### C.1.9.1. DESPESA DE PESSOAL

Conforme Relatórios de Gestão Fiscal emitidos pelo Sistema Audep, o Poder Executivo atendeu ao limite da despesa de pessoal previsto no artigo 20, III, b, da LRF, registrando no 3º quadrimestre o valor de R\$ 219.162.505,15, o que representa um percentual de 39,45%.

### C.1.10. DEMAIS ASPECTOS SOBRE RECURSOS HUMANOS

Eis o quadro de pessoal existente no final do exercício (**Documentos 23 e 24**):

Natureza do cargo/emprego	Quant. Total de Vagas		Vagas Providas		Vagas Não Providas	
	Ex. anterior	Ex. em exame	Ex. anterior	Ex. em exame	Ex. anterior	Ex. em exame
Efetivos	4.443	4845	2825	3070	1618	1775
Em comissão	17	107	17	89		18
Total	4460	4952	2842	3159	1618	1793
Temporários	Ex. anterior		Ex. em exame		Em 31.12 do	Ex. em exame
Nº de contratados	156		185		206	

Anotamos que, no quadro, os cargos em comissão indicados são exclusivamente em comissão. Existem outros 227 privativos de servidores ocupantes de cargos de caráter efetivo, dos quais, 202 estavam providos ao final do exercício em exame (**Documento 23**).

Registramos que a Prefeitura, através da Lei Municipal nº 3.977, de 15 de setembro de 2022 realizou uma reforma administrativa no exercício de 2022 (**Documentos 25 e 26**).

Constatamos o envio de informações inconsistentes ao Sistema



Audesp - Fase III (Quadro de Pessoal – 3º Quadrimestre)<sup>9</sup>, prejudicando os trabalhos de acompanhamento da Fiscalização desta E. Corte.

As divergências apuradas denotam falhas graves, eis que, à vista de tais desacertos, a Prefeitura deixa de atender aos princípios da transparência (artigo 1º, § 1º, da LRF).

#### **C.1.10.1. CONTRATAÇÕES DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO**

A Fiscalização analisou por amostragem as contratações de pessoal por tempo determinado efetuadas no exercício quanto aos aspectos legais, formais e princípios gerais da administração pública, não detectando ocorrências dignas de nota.

#### **C.1.10.2. - PAGAMENTO DE “GRATIFICAÇÕES”**

Noticiamos a continuidade nos pagamentos a título de “Gratificação Audesp”<sup>10</sup>, a servidores da Prefeitura Municipal responsáveis por inserir dados no Sistema Audesp, deste Tribunal. Conforme evidenciado na relação anexa, correspondentes desembolsos somaram R\$ 652.222,09 no exercício examinado (**Documento 29, fls. 04/11**).

Muito embora aludida concessão encontre-se prevista no art. 11 da Lei Municipal nº 3.748/2018 (**Documento 30**), o que a torna, ao menos em tese, cogente no âmbito do Executivo, a inserção de dados no Sistema Audesp compõe o rol de atribuições dos cargos e dos setores administrativos do Órgão, como demonstra, exemplificativamente, o art. 2º, inciso VII, alínea “a”<sup>11</sup> da Lei

---

<sup>9</sup> Conforme dados extraídos do Sistema Audesp, há divergências entre os dados ali lançados pela Origem (**Documento 23**) em relação ao quadro de pessoal fornecido durante a inspeção *in loco* (**Documentos 24, 44 e 45**), a exemplo da quantidade total de cargos efetivos e comissionados providos, sendo que no Quadro de Pessoal enviado ao Audesp o total é de 3.361 (**Documento 23, fls. 8, 15 e 21**), enquanto a quantidade fornecida na visita *in loco* é de 3.347 (**Documento 45, fls. 3**).

<sup>10</sup> “Gratificação de Responsabilidade por Alimentar e Responder o Sistema AUDESP e sistemas conexos (GRAudesp)”.

<sup>11</sup> Art. 2º Ficam criados os seguintes empregos, a serem preenchidos mediante concurso público de provas ou de prova e títulos, a ser especificado pelo Poder Executivo, por lei:

[...]

VII - 02 (dois) empregos de Técnico Contábil, com referência salarial R6, do Anexo XII, da Tabela 2, Referências e Valores de Salários. Jornada de trabalho de 220 (duzentas e vinte) horas mensais, com a seguinte descrição básica:



Municipal nº 3.781/2019 (**Documento 31**), não se constituindo, portanto, em tarefa extraordinária para a qual se justifique pagamento de verba pecuniária complementar.

Consignamos, ainda, que a Prefeitura não somente manteve a gratificação acima, como criou outras novas também direcionadas a empregados públicos que inserem/importam dados ao sistema AUDESP, quais sejam:

- “GRATIFICAÇÃO DE RESPONSABILIDADE PERANTE O TRIBUNAL DE CONTAS (GRTC)” criada pela Lei Municipal nº 3.977 de 15 de setembro de 2022, a ser paga aos empregados públicos da administração direta e autárquica do Município que **exerçam funções de importar dados no sistema AUDESP e outros sistemas conexos**, designados por Portaria do Executivo (**Documento 29, fls. 2**);

- “GRATIFICAÇÃO DE CONTRATAÇÃO II (GAC-II)” criada pela Lei Municipal nº 3.977 de 15 de setembro de 2022, a ser paga a empregados públicos responsáveis pela elaboração de estudos técnicos preliminares, termos de referência, especificação e pesquisa de preços nos procedimentos de contratação, **importar dados no sistema AUDESP e outros sistemas conexos**, e que exerçam cumulativamente funções da gratificação GAC-III, designados por Portaria do Executivo Municipal (**Documento 29, fls. 2**).

Ademais, verificamos que há pagamentos simultâneos das gratificações, a exemplo de valores pagos ao Contador do Município, que recebeu nos meses de novembro e dezembro de 2022, a “Gratificação de Responsabilidade perante o Tribunal de Contas (GRTC)”, a “Gratificação de Contratação (GAC-II)” e a “Gratificação de Responsabilidade perante o EFD-Reinf (GEFD)”<sup>12</sup> (**Documento 32**).

---

a) Atribuições: executar atividades de planejamento, organização e controle em diferentes áreas de suporte das atividades contábil e financeira, voltadas para a integração social; **alimentar e responder o sistema AUDESP - Auditoria Eletrônica de São Paulo, do TCESP - Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.**

[...]

<sup>12</sup> Criada pela Lei Municipal nº 3.977, de 15 de setembro de 2022, a ser paga a empregados públicos lotados na Secretaria de Finanças que exerçam as funções de agente responsável pela realização de cálculos de valores e alíquotas e retenções tributárias para alimentação do sistema de Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações EFD-Reinf, o qual compõe um dos módulos do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, a ser utilizado pelas pessoas jurídicas e físicas, em complemento ao Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas – e-Social, em cumprimento às determinações da Instrução Normativa nº 2043, de 12 de agosto de 2021 (**Documento 26, fls. 72**).





### C.1.10.3. PAGAMENTO RECORRENTE DE HORAS EXTRAS

Apuramos um dispêndio total no exercício no valor de R\$ 5.212.158,61 com pagamento de horas extras, alcançando um número elevado de servidores (**Documento 33**).

Além disso, do referido total de pagamentos, verificamos horas extras realizadas de modo recorrente e em quantidades significativas (acima de 44 horas mensais)<sup>13</sup>. A título ilustrativo, destacamos as situações mais expressivas:

Servidor	Total de horas	Período	Documento 35
Eduardo Donizete Jordão	98,30	16/01 a 15/02/2022	Fls. 2
Káren Katiúcia de Paiva Vieira	81,00	16/03 a 10/04/2022	Fls. 4
Luciana Aparecida Soares	106,00	16/01 a 15/02/2022	Fls. 6
Marcos Roberto Carlos	320,44	16/07 a 15/08/2022	Fls. 8
Mauro Takanori Okumura	99,45	16/01 a 15/02/2022	Fls. 10

Junto à Prefeitura, obtivemos documentos que abalizam a realização excessiva de horas extras (**Documento 35**), cujas justificativas apresentam-se genéricas.

As falhas apontadas denotam inadequado planejamento na gestão de pessoal, em inobservância ao princípio da eficiência.

### C.1.11. SUBSÍDIOS DOS AGENTES POLÍTICOS

CARGOS	SECRETÁRIOS	VICE-PREFEITO	PREFEITO
Valor subsídio inicial fixado para o mandato (Lei Municipal nº 3.819, de 10 de setembro de 2020)*	R\$ 11.000,00	R\$ 11.000,00	R\$ 18.757,24

\* Exercício da última fixação de subsídio aos agentes políticos.

Verificações		
01	A fixação decorre de lei de iniciativa da Câmara dos Vereadores, em consonância com o artigo 29, V, da CF?	Sim
02	Foi concedida RGA no exercício de 2022?	Não*

<sup>13</sup> Este apontamento, acerca da habitualidade no pagamento de horas extras por parte do Município de Salto, teve embasamento na Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de Maio de 1943), regime adotado pelo Município de Salto (**Documento 34**), que em seu art. 59 torna defesa a possibilidade de realização de horas extras acima de 02 (duas) horas diárias. Por conseguinte, tomando por base a média de 22 dias úteis ao mês, o total de horas extras pagas não poderia exceder a 44 horas mensais.



03	A revisão remuneratória se compatibiliza com a inflação dos 12 meses anteriores?	Prejudicado*
04	A RGA se deu no mesmo índice e na mesma data dos servidores do Executivo?	Prejudicado*
05	Foram apresentadas as declarações de bens nos termos da Lei nº 8.429, de 02 de junho de 1992, atualizada?	Sim
06	As situações de acúmulos de cargos/funções dos agentes políticos, sob amostragem, estavam regulares?	Prejudicado**

\* Não houve Revisão Geral Anual (RGA) em 2022. Referida ausência não deriva de decisão judicial.

\*\* Não constatamos casos da espécie.

Conforme nossos cálculos, não foram constatados pagamentos maiores que os fixados.

### C.1.12. ASPECTOS DAS ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA NA GESTÃO LOCAL

Em sua estrutura administrativa o Município apresenta a seguinte Autarquia:

Estatual/Autarquia	Balanco Geral TC	Orçamento da Entidade (R\$)	% Orçamento do Município
Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Salto – Saae Salto	002082.989.22-9	39.252.090,00	6,97

As atividades delegadas pela Administração Municipal à administração indireta estão relacionadas a abastecimento de água e esgotamento sanitário, bem como a arrecadação das tarifas atinentes a esses serviços.

Nesta seara foram utilizados 6,97% do orçamento do Município, destinados majoritariamente para a folha de pagamento (2,54%) e contratação de serviços de terceiros (2,55%) (**Documento 28**).

Conforme verificado no relatório de fiscalização do exercício de 2022, a Autarquia não cumpre plena e adequadamente a sua função social, tendo sido apontadas, em especial, as seguintes irregularidades:

- Índice de perdas no fornecimento de água em patamar significativo (38,93% - **TC-002082.989.22-9, Evento 91.31, fls. 5**);
- Incidência de racionamento de água no município por 129 dias no exercício de 2022 (**TC-002082.989.22-9, Evento 91.31, fls. 5**).

Nesse sentido, de acordo com os registros constantes do referido relatório, a Autarquia não apresenta efetividade plena no cumprimento das suas finalidades estatutárias, deixando de atender, satisfatoriamente, as atividades para as quais foi constituída.



No que tange ao planejamento municipal, não foram identificados ações e/ou programas nas leis orçamentárias destinadas ao acompanhamento e melhoria da efetividade de atuação da referida Autarquia.

## C.2. OUTROS PONTOS DE INTERESSE

### C.2.1. PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS (PPP)

Verificações: PPP		
1	O Município tem contratação de Parcerias Público-Privada (PPP)?	Sim*
2	Houve regulamentação do serviço concedido?	Sim
3	Houve mecanismos de manutenção da qualidade do serviço, bem com apuração e solução de queixas e reclamações dos usuários?	Sim
4	O Poder Concedente tem observado o cumprimento das disposições regulamentares do serviço e das cláusulas pactuadas?	Sim
5	Houve aplicação de penalidades regulamentares e contratuais?	Não

\* Exame do ajuste abrigado no TC-024453.989.21-2 (Evento 42.1), de relatoria originária do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Robson Marinho, julgados regulares, a licitação e o contrato, mediante Recurso Ordinário, em Sessão Plenária de 24/02/2021, com Trânsito em Julgado em 16/09/2021.

Cumpre-nos consignar o dispêndio (valores liquidados), no exercício em exame, de R\$ 45.873.506,97, para operacionalização da Parceria Público-Privada efetivada pela Administração Municipal (**Documento 37**), equivalente a 8,23% da Receita Corrente Líquida de 2022 (R\$ 557.438.888,80), desatendendo ao limite fixado (5%) no artigo 28 da Lei Federal nº 11.079/2004, com redação alterada pela Lei nº 12.024/2009 e pela Lei nº 12.766/2012.

Ademais, cabe destacar a liquidação, em 2022, de restos a pagar processados de 2021, no montante de R\$ 6.291.449,97 (**Documento 37**), bem como de despesas de exercícios anteriores, empenhadas, liquidadas e pagas no exercício em análise, no valor de R\$ 1.469.947,02 (**Documento 37**). Somados ao dispêndio mencionado no parágrafo retro, sobreditos gastos totalizam R\$ 53.634.903,96, elevando o percentual efetivamente aplicado na parceria a 9,62% da RCL do exercício.

Anotamos, por fim, que a superação ao limite legal vem ocorrendo nos últimos exercícios fiscalizados, como segue:

Exercício	RCL (R\$)	Despesa (R\$)	Percentual
2022	557.438.888,80	53.634.903,96	9,62%
2021	470.523.129,29	33.087.973,66	7,03%
2020	408.249.268,09	32.013.986,50	7,84%
2019	383.312.691,88	28.997.569,92	7,56%



2018	354.763.671,25	22.800.575,55	6,43%
2017	318.098.899,00	21.962.295,58	6,90%
2016	306.960.557,77	22.389.419,42	7,29%
2015	284.228.780,74	17.242.279,87	6,06%

## C.2.2. CONDIÇÕES DO PAÇO MUNICIPAL

Registramos que em relação às condições do Paço Municipal, objeto de apontamento nas Contas de 2021 (TC-007340.989.20-1, Evento 63.24, fls. 19/21), em que pese as informações prestadas pela Origem (**Documento 38**), verificamos que remanescem inadequações relacionadas à falta de estabelecimentos que forneçam refeição nas redondezas, dificultando o acesso à alimentação pelos servidores que ali exercem suas atividades, bem como ao público que se dirige ao local.

## PERSPECTIVA D: FISCALIZAÇÃO DA APLICAÇÃO ESPECÍFICA NO ENSINO E SAÚDE

### D.1. APLICAÇÃO POR DETERMINAÇÃO CONSTITUCIONAL E LEGAL NO ENSINO

Quanto à aplicação de recursos ao final do exercício em exame, conforme informado ao Sistema Audeps e apurado pela Fiscalização, os resultados assim se apresentaram:

<b>Art. 212 da Constituição Federal:</b>	<b>R\$</b>	<b>%</b>
DESPEZA EMPENHADA - Recurso Tesouro (mínimo 25%)	111.518.276,24	26,96%
DESPEZA LIQUIDADADA - Recurso Tesouro (mínimo 25%)	107.776.104,38	26,05%
DESPEZA PAGA - Recurso Tesouro (mínimo 25%)	107.776.104,38	26,05%

  

<b>Fundeb - Despesa Total - Recursos Recebidos no exerc.:</b>	<b>R\$</b>	<b>%</b>
DESPEZA EMPENHADA - Recurso Fundeb (mínimo 90%)	62.997.025,71	100,00%
DESPEZA LIQUIDADADA - Recurso Fundeb (mínimo 90%)	62.997.025,71	100,00%
DESPEZA PAGA - Recurso Fundeb (mínimo 90%)	62.997.025,71	100,00%

  

<b>Fundeb - Profissionais da Educação Básica</b>	<b>R\$</b>	<b>%</b>
DESPEZA EMPENHADA - Recurso Fundeb (mínimo 70%)	60.121.727,47	95,44%
DESPEZA LIQUIDADADA - Recurso Fundeb (mínimo 70%)	60.121.727,47	95,44%
DESPEZA PAGA - Recurso Fundeb (mínimo 70%)	60.121.727,47	95,44%

Conforme acima exposto, a despesa educacional empenhada, liquidada e paga cumpriu o artigo 212 da Constituição Federal.



Ainda, houve utilização de todo o Fundeb recebido, observando-se o artigo 25 da Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020.

Demais disso, verificamos que houve aplicação não inferior ao mínimo de 70% do Fundeb na remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício, dando cumprimento ao artigo 212-A, XI, da Constituição Federal e ao artigo 26 da Lei nº 14.113/2020.

#### D.1.1. FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO VAAT

O Município não recebeu complementação no exercício em exame.

#### D.1.2. NÃO ATENDIMENTO AO ARTIGO 212 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL NOS EXERCÍCIOS DE 2020 E 2021

Registramos que nos exercícios de 2020 e 2021 o Município aplicou o percentual mínimo para cumprimento do artigo 212 da Constituição Federal, não estando sujeito aos ditames da Emenda Constitucional nº 119, de 27 de abril de 2022.

#### D.1.3. DEMAIS APURAÇÕES SOBRE O FUNDEB

Verificações		
01	As despesas do Fundeb foram executadas exclusivamente na conta bancária vinculada (Banco do Brasil S.A. ou Caixa Econômica Federal), sem transferências para outras contas, exceto a instituições financeiras com contratos para gestão da folha de pagamento de servidores, nos termos do artigo 21 e §9º da Lei nº 14.113/2020?	Sim
02	A conta corrente única e específica vinculada ao Fundeb é de <b>titularidade do órgão responsável pela educação</b> , nos termos do artigo 69, § 5º, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, c/c artigo 21, § 7º, da Lei nº 14.113/2020?	Sim
03	Para compor o mínimo de 70% com profissionais da educação básica, o Município concedeu abono/14º salário/etc. ao final do exercício, embasado em lei específica e critérios técnicos?	Não
04	As despesas do Fundeb estão identificadas no Audeps de acordo com os códigos de aplicação dos recursos Fundeb Impostos, VAAT, VAAR, bem como da parcela diferida para o exercício sob análise?	Sim
05	O Município disponibilizou até 31/08/2022 as informações e os dados contábeis, orçamentários e fiscais, nos termos do artigo 163-A da CF e do artigo 38 da Lei nº 14.113/2020, habilitando-se a receber a complementação VAAT?	Sim
06	O Município disponibilizou, até 16/10/2022, ato declaratório do dirigente máximo da Secretaria de Educação acompanhado dos respectivos documentos comprobatórios, conforme Resolução nº 01, de 27 de julho de 2022, alterada pelas Resoluções nº 02/2022 e nº 03/2022 da Comissão Intergovernamental de Financiamento para a Educação Básica	Sim



Verificações		
	de Qualidade, em face dos artigos 17 e 18 da Lei nº 14.113/2020, habilitando-se a receber a complementação VAAR?	
07	Houve implementação do serviço de psicologia educacional e de serviço social na rede pública escolar compondo equipes multiprofissionais, nos termos da Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019?	Sim
07.1	As despesas decorrentes do serviço de psicologia educacional e de serviço social na rede pública escolar foram custeadas com recursos do Fundeb 30%?	Sim

#### D.1.4. DEMAIS INFORMAÇÕES SOBRE O ENSINO

Verificações		
01	A Fiscalização não identificou valores despendidos com inativos da educação básica incluídos nos mínimos constitucionais e legais do Ensino?	Não
02	Com base nos dados informados ao IEG-M e confirmados junto à origem, foi universalizada a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade? Meta 1A do PNE.	Sim
03	O Município tem ofertado educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até 3 (três) anos? Meta 1B do PNE.	Sim
04	A rede municipal oferece educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% dos alunos da educação básica? Meta 6 do PNE – Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.	Sim
05	O Município cumpriu o piso nacional do magistério público da educação básica para o exercício em exame (piso nacional foi de R\$ 3.845,63 para 2022 – 40 horas semanais), definido com base na Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008?	Sim
06	Sob amostragem, foi constatada adequação do currículo da rede municipal de ensino às proposições da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), especialmente face ao previsto no artigo 26-A da Lei nº 9.394/1996, como o ensino da <u>história e cultura afro-brasileira e indígena nos estabelecimentos de ensino fundamental</u> ?	Sim
07	Ao final do exercício, a Prefeitura não possuía recursos financeiros do salário educação pendentes de aplicação?	Sim <sup>14</sup>
08	Ao final do exercício, as contas bancárias que receberam os repasses decendiais previstos no artigo 69, §5º, da LDB, tinham saldo para cobertura dos valores inscritos em restos a pagar até o limite de 25% da receita de impostos?	Sim

Acerca do salário educação, havia um saldo de R\$ 4.156.024,68 ao final do exercício, sendo que, nos anos de 2021 e 2020 havia saldos de R\$ 2.981.584,55 e R\$ 1.148.268,66, respectivamente (**Documento 40**).

#### D.1.5. CONTROLE SOCIAL - ENSINO

Verificações		
01	A composição do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb – CACS está em conformidade com o artigo 34, IV e §1º, da Lei nº 14.113/2020?	Sim
02	Nenhum membro está em condição de impedimento no conselho, nos termos do artigo 34, §5º da Lei nº 14.113/2020?	Não

<sup>14</sup> Documento 39.





03	O Gestor do fundo não exerce o cargo de Presidente do Conselho (artigo 34, §6º, da Lei nº 14.113/2020)?	Não
04	Foi elaborado parecer sobre as prestações de contas dos recursos do Fundo (artigo 33, § 2º, I, da Lei nº 14.113/2020)?	Sim
05	O Conselho supervisionou o censo escolar anual e a elaboração da proposta orçamentária anual, conforme artigo 33, § 2º, II, da Lei nº 14.113/2020?	Não
06	O Município garantiu infraestrutura e condições materiais adequadas à execução plena das competências dos conselhos (artigo 33, §4º, da Lei nº 14.113/2020)?	Sim

Constatamos a correta composição do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb – CACS, bem como foi garantida a infraestrutura e condições materiais adequadas à execução plena das suas competências, pelo Município.

O Conselho **não** supervisionou o censo escolar anual e a elaboração da proposta orçamentária anual (Questão nº 17.5 do i-Educ), e analisou as contas do Fundo, emitindo parecer favorável à aprovação das contas (**Documento 41**).

## D.2. APLICAÇÃO POR DETERMINAÇÃO CONSTITUCIONAL E LEGAL NA SAÚDE

Conforme informado ao Sistema Audesp, a aplicação na Saúde atingiu, no período, os seguintes resultados, cumprindo a referida determinação constitucional/legal:

Art. 77, III c/c § 4º do ADCT	R\$	%
DESPESA EMPENHADA (mínimo 15%)	115.703.357,40	28,55%
DESPESA LIQUIDADA (mínimo 15%)	109.186.774,37	26,94%
DESPESA PAGA (mínimo 15%)	109.186.774,37	26,94%

Tendo em vista que foi liquidado e pago montante acima de 15% da receita de impostos, atendendo ao piso constitucional, deixamos de efetuar o acompanhamento previsto no artigo 24 da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012.

### D.2.1. ANÁLISE DAS DESPESAS DA SAÚDE

Nas verificações empreendidas pela Fiscalização, não foram constatadas irregularidades.



## D.2.2. CONTROLE SOCIAL - SAÚDE

Verificações		
01	Constatamos a composição paritária de usuários em relação ao conjunto dos demais segmentos representados no Conselho Municipal de Saúde - CMS, em conformidade com a Terceira Diretriz da Resolução MS/CNS nº 453/2012?	Sim
02	O Gestor local do SUS apresentou, até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, em audiência pública na Câmara Municipal, relatório detalhado referente ao quadrimestre anterior, nos termos do artigo 36, I a III da Lei Complementar nº 141/2012?	Sim
03	O RAG foi disponibilizado ao CMS até o dia 30/03/2023 (Lei Complementar nº 141/2012, artigo 36, §1º)?	Sim
04	O CMS deliberou sobre a aprovação do Relatório Anual de Gestão – RAG, apresentado pelo Gestor (Quinta Diretriz, VI da Resolução MS/CNS nº 453/2012)?	Sim
05	O Conselho aprovou a proposta orçamentária anual da saúde, tendo em vista as metas e prioridades estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO (Quinta Diretriz, XIV da Resolução MS/CNS nº 453/2012)?	Sim

Constatamos a correta composição do Conselho Municipal de Saúde, bem como foi garantida a infraestrutura e condições materiais adequadas à execução plena das suas competências, pelo Município.

O Conselho aprovou a proposta orçamentária anual da saúde, bem como deliberou sobre o Relatório Anual de Gestão, apresentado pelo Gestor, aprovando-o (**Documento 42**).

## PERSPECTIVA E: TRANSPARÊNCIA PÚBLICA

### E.1. A LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO E A LEI DA TRANSPARÊNCIA FISCAL

Face ao previsto na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, sob amostragem, constatamos o seguinte:

- A Prefeitura não dispõe de Política de Segurança da Informação formalmente instituída e de cumprimento obrigatório, o que dificulta o cumprimento do artigo 25 da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. A Política de Segurança da Informação visa a proteção e gestão da informação direcionando as condutas de todos os usuários e técnicos da entidade. A norma ABNT NBR ISO/IEC 27002 - Seção 5 recomenda a criação deste documento (Questão nº 3.0, do i-Gov TI);



- O *site* da Prefeitura Municipal não disponibiliza as perguntas e respostas mais frequentes da sociedade, contrariando o artigo 8º, § 1º, inciso VI, da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Questão nº 6.5, do i-Gov TI);

- O Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI não está disponível nem acessível na *internet*, o que compromete a transparência tratada no artigo 6º, inciso I, da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Questão nº 2.1 do I-Gov TI);

- A Prefeitura informou que pede o motivo da solicitação de informação de interesse público, o que está em desacordo com o Artigo 3º, inciso I, da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Questão nº 7.3 do I-Gov TI).

## **E.2. FIDEDIGNIDADE DOS DADOS INFORMADOS AO SISTEMA AUDESP**

Como demonstrado nos itens B.1, B.3, B.6, C.1.1 e C.1.10 deste relatório, foram constatadas divergências entre os dados informados pela Origem e aqueles apurados no Sistema Audesp/IEG-M.

## **PERSPECTIVA F: OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

### **F.1. PERSPECTIVAS DE ATINGIMENTO DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – ODS**

Tendo em vista as análises realizadas, indica-se que o Município poderá não atingir as seguintes metas propostas pela Agenda 2030 entre países-membros da Organização das Nações Unidas-ONU, estabelecidas por meio dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS (**Documento 43**):

- **B.1. PLANEJAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS (i-Plan/IEG-M)**

ODS: Metas 16.6, 16.7, 16.10 e 17.14.

- **B.3. EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO ENSINO (i-Educ/IEG-M)**



ODS: Metas 4.1, 4.2 e 4.a.

- **B.4. EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE (i-Saúde/IEG-M)**

ODS: Metas 3.3, 3.8 e 3.c.

- **B.5. EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS (i-Amb/IEG-M)**

ODS: Metas 6.1, 6.3, 6.4, 6.5, 6.b, 11.6, 12.2, 12.5 e 12.8.

- **B.6. EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INFRAESTRUTURA (i-Cidade/IEG-M)**

ODS: Meta 11.7.

- **B.7. EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (i-Gov TI/IEG-M)**

ODS: Metas 16.6, 16.7, 16,10 e 17.8.

## **F.2. ATENDIMENTO À LEI ORGÂNICA, INSTRUÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**

No decorrer do exercício em análise, consoante anotado no item A.5, deste laudo, constatamos desatendimento à Lei Orgânica e às Instruções deste Tribunal.

No que se refere às recomendações desta Corte, haja vista os dois últimos exercícios tempestivamente apreciados, verificamos que, no exercício em exame, o órgão descumpriu as seguintes:

Exercício 2017	TC 006911.989.16-8	DOE 20/03/2019	Data do Trânsito em Julgado 06/05/2019
• Adote medidas concretas para o efetivo funcionamento do Sistema de Controle Interno (vide item A.5. do presente relatório);			



- Observe os limites legais para gastos com parceria público-privada (vide item C.2.1. do presente relatório);
- Sane as diversas falhas verificadas no tocante ao ensino, notadamente no que se refere à insuficiência de vagas nas creches municipais (vide item B.3 do presente relatório);
- Atenda as disposições contidas nas Instruções e recomendações desta Casa (vide anotações no presente item);
- Evite que as impropriedades anotadas na instrução processual voltem a ocorrer (vide anotações no presente item, bem como ao longo deste relatório).

Exercício 2018	TC 004668.989.18-9	DOE 15/04/2020	Data do Trânsito em Julgado 24/06/2020
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Atenda a demanda reprimida de crianças que necessitam de vagas no ensino infantil (vide item B.3. do presente relatório);</li> <li>• Regularize as inadequações constatadas na área de educação pública do Município (vide item B.3. do presente relatório);</li> <li>• Providencie os devidos reparos nos prédios que abrigam suas Unidades de Saúde (vide item B.4 do presente relatório);</li> <li>• Aprimore as peças orçamentárias e reestruture o setor de planejamento municipal (vide item B.1. do presente relatório);</li> <li>• Se adeque aos limites estipulados para gastos com PPPs (vide item C.2.1. do presente relatório).</li> <li>• Cumpra as instruções, recomendações e determinações do Tribunal de Contas (vide anotações no presente item).</li> </ul> <p><u>Recomendações:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Assegure a fidedignidade e tempestividade da transmissão de dados ao Sistema Audesp (vide item E.2. do presente relatório);</li> <li>• Reestruture o setor de transporte escolar municipal, de modo a garantir a integridade física de seus usuários (vide item A.4, do presente relatório).</li> </ul>			

## SÍNTESE DO APURADO

ITENS	
CONTROLE INTERNO	Parcialmente regular
HOUVE ADESÃO AO PROGRAMA DE TRANSPARÊNCIA FISCAL DA LEI COMPLEMENTAR Nº 178/2021?	Não
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – Resultado no exercício ( <i>superávit</i> )	7,06%
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – Percentual de investimentos	3,99%
DÍVIDA DE CURTO PRAZO	Favorável
DÍVIDA DE LONGO PRAZO	Favorável
PRECATÓRIOS - Foi suficiente o pagamento/depósito de precatórios judiciais?	Sim
PRECATÓRIOS - Foi suficiente o pagamento de requisitórios de baixa monta?	Sim
ENCARGOS - Efetuados os recolhimentos ao Regime Geral de Previdência Social (INSS)?	Sim
ENCARGOS - Efetuados os recolhimentos ao Regime Próprio de Previdência Social?	Prejudicado*
ENCARGOS – Está cumprindo parcelamentos de débitos de encargos?	Sim
TRANSFERÊNCIAS AO LEGISLATIVO - Os repasses atenderam ao limite constitucional?	Sim
LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - Despesa de pessoal em dezembro do exercício em exame	39,45%
LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - Atendido o artigo 21, I e III, da LRF?	Sim
ENSINO - Aplicação na Educação - artigo 212 da CF (limite mínimo de 25%)	26,96%



ITENS	
ENSINO - Recursos do Fundeb aplicados no exercício (limite mínimo de 90%)	100,00%
ENSINO - Se diferida, a parcela residual (de até 10%) foi aplicada até 30/04 do exercício subsequente?	Prejudicado
ENSINO - Fundeb aplicado na remuneração dos profissionais da educação básica (limite mínimo de 70%)	95,44%
ENSINO – Complementação da União VAAT ao Fundeb aplicada em despesas de capital no percentual mínimo de 15%?	Não se aplica
ENSINO – Complementação da União VAAT ao Fundeb aplicado em educação infantil conforme Indicador para Educação Infantil (IEI)?	Não se aplica
SAÚDE - Aplicação na Saúde (limite mínimo de 15%)	28,55%

\* O Município não conta com Regime Próprio de Previdência Social.

## CONCLUSÃO

Observada a instrução constante no artigo 24 da LOTCESP, a Fiscalização, em conclusão a seus trabalhos, aponta as seguintes ocorrências:

**A.4. FISCALIZAÇÕES ORDENADAS:** Irregularidades remanescentes;

**A.5. FISCALIZAÇÃO DA ATUAÇÃO DO CONTROLE INTERNO:** Atendimento parcial à legislação de regência;

**B.1. PLANEJAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS (i-Plan/IEG-M):** Apontamentos que denotam fragilidade no setor correspondente; elaboração de peças de planejamento meramente formais e sem observância aos requisitos legais; Falta de fidedignidade na prestação das informações; Inadequações decorrentes dos quesitos do IEG-M 2022 que comprometem o atingimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável-ODS estabelecidos pela Agenda 2030 entre países-membros da ONU;

**B.3. EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO ENSINO (i-Educ/IEG-M):** Apontamentos diversos que denotam potencial comprometimento da efetividade dos serviços prestados; Falta de fidedignidade na prestação das informações; Inadequações decorrentes dos quesitos do IEG-M 2022 que comprometem o atingimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável-ODS estabelecidos pela Agenda 2030 entre países-membros da ONU;

**B.4. EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE (i-Saúde/IEG-M):** Apontamentos diversos que denotam potencial comprometimento da efetividade dos serviços prestados; Inadequações decorrentes dos quesitos do IEG-M 2022 que comprometem o atingimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável-ODS estabelecidos pela Agenda 2030 entre países-membros da ONU;





**B.5. EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS (i-Amb/IEG-M):**

Apontamentos diversos que denotam potencial comprometimento da efetividade dos serviços prestados; Inadequações decorrentes dos quesitos do IEG-M 2022 que comprometem o atingimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável-ODS estabelecidos pela Agenda 2030 entre países-membros da ONU;

**B.6. EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INFRAESTRUTURA (i-Cidade/IEG-M):**

Apontamentos diversos que denotam potencial comprometimento da efetividade dos serviços prestados; Falta de fidedignidade na prestação das informações; Inadequações decorrentes dos quesitos do IEG-M 2022 que comprometem o atingimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável-ODS estabelecidos pela Agenda 2030 entre países-membros da ONU;

**B.7. EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (i-Gov TI/IEG-M):**

Apontamentos diversos que denotam potencial comprometimento da efetividade dos serviços prestados; Inadequações decorrentes dos quesitos do IEG-M 2022 que comprometem o atingimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável-ODS estabelecidos pela Agenda 2030 entre países-membros da ONU;

**C.1.1. RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Inadequada contabilização da devolução de duodécimos recebidos da Câmara Municipal;

**C.1.10. DEMAIS ASPECTOS SOBRE RECURSOS HUMANOS:** Divergências na prestação de informações ao Sistema Audesp;

**C.1.10.2. PAGAMENTO DE “GRATIFICAÇÃO AUDESP”:** Pagamento de gratificações potencialmente desarrazoada;

**C.1.10.3. PAGAMENTO RECORRENTE DE HORAS EXTRAS:** Justificativas insuficientes que não comprovam emergência para a realização excessiva de horas extras por servidores, denotando inadequado planejamento na gestão de pessoal;

**C.1.12. ASPECTOS DAS DEMAIS ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA NA GESTÃO LOCAL:**

Autarquia não apresenta efetividade plena no cumprimento das suas finalidades estatutárias, deixando de atender, satisfatoriamente, as atividades para as quais foi constituída; Ausência de ações e/ou programas nas leis orçamentárias destinadas ao acompanhamento e melhoria da efetividades de atuação da Autarquia;

**C.2.1. PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS (PPP):** Inobservância ao limite legal para respectivos gastos (reincidência);

**C.2.2. CONDIÇÕES DO PAÇO MUNICIPAL:** Ausência de efetivas melhorias nas condições de alimentação dos servidores e visitantes do Paço Municipal;



**D.1.4. DEMAIS INFORMAÇÕES SOBRE O ENSINO:** Significativo saldo do salário educação não aplicado no exercício;

**D.1.5. CONTROLE SOCIAL – ENSINO:** O Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb – CACS não supervisionou o censo escolar anual e não participou da elaboração da proposta orçamentária anual;

**E.1. A LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO E A LEI DA TRANSPARÊNCIA FISCAL:** Ausência de Política de Segurança da Informação visando proteção e gestão da informação; Insuficiência de divulgação de informações no sítio eletrônico da Prefeitura, bem como exigência vedada para obtenção de informação de interesse público;

**E.2. FIDEDIGNIDADE DOS DADOS INFORMADOS AO SISTEMA AUDESP:** Divergências entre os dados informados pela Origem e aqueles apurados no Sistema Audesp/IEG-M;

**F.1. PERSPECTIVAS DE ATINGIMENTO DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – ODS:** Potencial não atingimento de metas;

**F.2. ATENDIMENTO À LEI ORGÂNICA, INSTRUÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO:** Inobservância à Lei Orgânica, às Instruções e às Recomendações desta E. Corte.

À consideração de Vossa Senhoria.

Seção UR-9.5 - Sorocaba, 06 de novembro de 2023.

Mauri Marcelino de Lima

Agente da Fiscalização